



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO

N.º do Pedido: PI1102202-7 **N.º de Depósito PCT:**
Data de Depósito: 02/05/2011
Prioridade Unionista: -
Depositante: Universidade Federal de Minas Gerais (BRMG)
Inventor: Vasco Ariston de Carvalho Azevedo, Alessandro de Sá Guimarães, Camila Azevedo Antunes de Oliveira, Núbia Seyffert, Fernanda Alves Dorella, Sintia Sila de Almeida, Anderson Miyoshi, Aurora Maria Guimarães Gouveia @FIG
Título: “Teste de pele para diagnóstico da linfadenite caseosa subclínica em caprinos e ovinos ”

PARECER

O presente pedido diz respeito a um teste de diagnóstico da linfadenite caseosa em caprinos e ovinos baseado nos antígenos proteicos secretados por *Corynebacterium pseudotuberculosis*.

Em 10/09/2019, foi publicada na RPI 2540 uma exigência preliminar ao presente pedido (despacho 6.21), na qual consta a busca de anterioridades referente à matéria ora sob exame.

Através da petição 870190128195 de 05/12/2019, a requerente se manifestou a cerca do parecer supra, apresentando um novo quadro reivindicatório composto por 3 reivindicações, bem como argumentos a favor da patenteabilidade da matéria ora reivindicada frente ao estado da técnica citado.

Em 05/10/2021, foi publicada na RPI 2648 uma exigência técnica ao presente pedido (despacho 6.1), solicitando-se a adequação do presente pedido quanto à incidência em proibição legal (Artigos 10 e 32 da LPI).

Através da petição 870210116559 de 16/12/2021, a requerente apresentou cumprimento a esta última exigência, fornecendo um novo quadro reivindicatório composto por 2 reivindicações; bem como novas vias da Listagem de Sequências.

Quadro referente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN e Sequências Biológicas	Sim	Não
O pedido foi encaminhado à ANVISA (art. 229-C da LPI, incluído pela Lei 10.196/2001)	X	
A exigência ref. ao acesso ao patrimônio genético nacional foi emitida (Resol. INPI PR n.º 69/2013)	X	
O pedido refere-se a Sequências Biológicas	X	

Comentários/Justificativas**Quanto à ANVISA, Artigo 229-C da LPI:**

O presente pedido foi encaminhado para ANVISA para obtenção da anuência prévia, tendo sido, entretanto, devolvido por não se enquadrar no Artigo 229-C da LPI (publicações 7.4 e 7.7, nas RPIs 2440 de 10/10/2017 e 2476 de 19/06/2018, respectivamente).

Quanto ao Acesso ao Patrimônio Genético Nacional; Resolução INPI PR 69/2013:

O INPI emitiu a exigência de código 6.6.1 na RPI 2466 de 10/04/2018, para fins de manifestação do depositante quanto à ocorrência de acesso ao Patrimônio Genético nacional e/ou Conhecimento Tradicional Associado para obtenção do objeto do presente pedido. Não tendo havido manifestação do depositante no prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação na RPI, o INPI deu prosseguimento ao exame técnico com o entendimento de que não houve acesso ao patrimônio genético nacional e/ou conhecimento tradicional associado, conforme consta no texto do despacho de código 6.6.1 publicado na RPI, de acordo com entendimento firmado pela Procuradoria Federal Especializada junto ao INPI (PFE-INPI) no Parecer nº 00001/2018/PROCGAB/PFE-INPI/PGF/AGU (Processo INPI nº 52400.002142/2018-30), publicado na RPI 2465 de 03/04/2018.

Através da petição 870180147103 de 01/11/2018, a requerente apresentou a declaração positiva de acesso ao patrimônio genético nacional, informando o número da autorização de acesso AB9B9D4, obtido em 30/10/2018.

Quanto às Sequências Biológicas, Portaria INPI PR 405/2020:

Através da petição 870210116559 de 16/12/2021, a requerente reapresentou a Listagem de Sequências em formato eletrônico.

Quadro 1 – Páginas do pedido examinadas			
Elemento	Páginas	n.º da Petição	Data
Relatório Descritivo	1 a 33	014110001468	02/05/2011
Listagem de sequências*	Código de Controle	870210116559	16/12/2021
Quadro Reivindicatório	1	870210116559	16/12/2021
Desenhos	1	014120001429	27/06/2012
Resumo	1	014110001468	02/05/2011

**Listagem de sequências em formato eletrônico referente ao código de controle 9E4D13B49B061E38 (Campo 1) e 3E9A074D4916B117 (Campo 2).*

Quadro 2 – Considerações referentes aos Artigos 10, 18, 22 e 32 da Lei n.º 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI

Artigos da LPI	Sim	Não
A matéria enquadra-se no art. 10 da LPI (não se considera invenção)		X
A matéria enquadra-se no art. 18 da LPI (não é patenteável)		X
O pedido apresenta Unidade de Invenção (art. 22 da LPI)	X	
O pedido está de acordo com disposto no art. 32 da LPI	X	

Comentários/Justificativas

Quadro 3 – Considerações referentes aos Artigos 24 e 25 da LPI

Artigos da LPI	Sim	Não
O relatório descritivo está de acordo com disposto no art. 24 da LPI	X	
O quadro reivindicatório está de acordo com disposto no art. 25 da LPI	X	

Comentários/Justificativas

Quadro 4 – Documentos citados no parecer

Código	Documento	Data de publicação
D1	Langenegger H C <i>et al</i> , <i>Pesq. Vet. Bras</i> , vol. 7 (2): 27-32.	1987
D2	Langenegger H C <i>et al</i> , <i>Pesq. Vet Bras</i> , vol. 11 (1/2): 31-34.	1991
D3	Paule B J <i>et al</i> , <i>Protein Expr. Purif</i> , vol. 34 (2): 311-316.	2004
D4	Pacheco L G <i>et al</i> , <i>BMC Microbiol</i> , vol. 11:	17/01/2011

Quadro 5 – Análise dos Requisitos de Patenteabilidade (Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI)

Requisito de Patenteabilidade	Cumprimento	Reivindicações
Aplicação Industrial	Sim	1 a 2
	Não	nenhuma
Novidade	Sim	1 a 2
	Não	nenhuma
Atividade Inventiva	Sim	1 a 2
	Não	nenhuma

Comentários/Justificativas

Quanto à Novidade e Atividade Inventiva, Artigos 11 e 13 da LPI:

O exame técnico anterior já havia reconhecido a novidade e a atividade inventiva da matéria ora objeto de proteção frente ao estado da técnica.

Conclusão

A matéria reivindicada apresenta novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (Art. 8º da LPI), e o pedido está de acordo com a legislação vigente, encontrando-se em condições de obter a patente pleiteada.

Assim sendo, defiro o presente pedido como Patente de Invenção, devendo integrar a Carta Patente **os documentos que constam no Quadro 1 deste parecer, exceto o resumo e o código de controle que será incluído automaticamente na carta patente.**

Para a concessão da patente o depositante deverá efetuar o pagamento da retribuição e a respectiva comprovação correspondente à expedição da carta-patente, conforme os prazos estabelecidos no Artigo 38 da LPI.

Publique-se o deferimento (9.1).

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 2022.

Cristiana Carneiro Pinto de Magalhães
Pesquisador/ Mat. Nº 1547009
DIRPA / CGPAT II/DIMOL
Deleg. Comp. - Port. INPI/DIRPA Nº 002/11